



COMISSÃO EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO N° , de 2017. (do Sr. Leo de Brito)

Solicita esclarecimentos ao Sr. Ministro da Educação sobre a intenção do MEC em cobrar mensalidades em Universidades e Institutos Federais, conforme defendido pela Secretaria Executiva da pasta, Sra. Maria Helena Guimarães, em reunião com dirigentes da Federação do Sindicato de Professores de Ensino Superior (Proifes-Federação), no mês passado, em Brasília.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja solicitado esclarecimentos ao Sr. Ministro da Educação sobre a intenção do MEC em cobrar mensalidades em Universidades e Institutos Federais, conforme defendido pela Secretaria Executiva da pasta, Sra. Maria Helena Guimarães, em reunião com dirigentes da Federação do Sindicato de Professores de Ensino Superior (Proifes-Federação), no mês passado, em Brasília.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo informações veiculadas no sitio eletrônico da Federação do Sindicato de Professores de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Proifes-Federação) (<http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/secretaria-do-mec-defende-cobranca-de-mensalidades>), em reunião ocorrida no Câmara dos Deputados | Anexo IV – Gabinete 619 | CEP 70160-900 – Brasília – DF Tel (61) 3215- 5619 – fax (61) 3215-2619 | dep.leodebrito@camara.leg.br

dia 16 de fevereiro de 2017, em Brasília, a secretária executiva do Ministério da Educação (MEC), professora Maria Helena Guimarães de Castro, defendeu a cobrança de mensalidades nas universidades e institutos federais.

Os dirigentes do Proifes haviam marcado o primeiro encontro do ano com o governo para apresentar a pauta de reivindicações da categoria: pontos não implementados do acordo de 2015, isonomia da carreira EBTT e o reajuste salarial deste ano. Mas a conversa, de quase uma hora, foi praticamente toda sobre as contas das universidades.

De acordo com a reportagem, a secretaria-executiva Maria Helena argumentou que, sob a atual realidade econômica vivenciada pelo País, e com a expressiva queda nas receitas, *"não se poderiam criar situações incompatíveis com o mundo em que estamos vivendo"*. Logo depois, em sua fala, a secretária citou as realidades do ensino superior em Portugal, Inglaterra, França e Alemanha para justificar a cobrança de mensalidades em Universidades no Brasil.

"Aliás, nem sei ainda que países têm universidades públicas plenamente gratuitas para todos, independente da situação sócio- econômica. O Brasil não pode ficar fora do mundo real", disse Maria Helena.

Dessa forma, considerando que a defesa da cobrança de mensalidades em Universidades e Instituições Públicas de Ensino Superior foi, notoriamente, uma pauta do mandato do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, período no qual a senhora secretária executiva ocupou a presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), faz-se necessário a busca de esclarecimentos diretamente ao Sr. Ministro da Educação, no sentido de responder se:

- A Cobrança de mensalidades em Universidades e Instituições de Ensino Público Superior é uma pauta defendida pelo Ministério da Educação e uma política pública do atual Governo Federal?

- Há, no momento, a formulação de algum projeto/programa dentro do Ministério da Educação no sentido de viabilizar a cobrança de mensalidades em Universidades e Instituições de Ensino Público Superior?

Face o exposto e dada a relevância do tema, conto com o apoio dos nobres pares para aprovação nesta Comissão.

Sala da Comissão, 27 de Março de 2017.

**Deputado LEO DE BRITO
PT/AC**